

Sarney irá recorrer ao Supremo para garantir candidatura ao Senado

por João Alexandre Lombardo de Brasília

O ex-presidente José Sarney vai recorrer ao Supremo Tribunal (STF) Federal contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que impugnou nessa semana sua candidatura ao Senado pelo PMDB do Amapá. A informação foi dada pelo advogado José Guilherme Vilella, que passou o dia de ontem trabalhando sobre o recurso extraordinário que será apresentado ao STF.

O advogado apresentará também uma ação cautelar com pedido de liminar, para suspender a decisão do TSE até o julgamento do recurso. Se a liminar for concedida, Sarney poderá voltar à campanha e à TV, até decisão final. Tudo terá de ser apresentado hoje até às 19 horas, no TSE. O presidente da Corte, ministro Sydney Sanches, dará parecer sobre o recurso, decidindo se o encaminha ou não ao STF.

A decisão de recorrer da sentença do TSE foi toma-

da na noite da última quarta-feira. Sarney viajou de Macapá para Brasília e encontrou-se com o advogado José Guilherme Vilella. Ontem, Sarney não foi encontrado para falar sobre o assunto.

Apesar da polêmica em torno do domicílio eleitoral do ex-presidente (que se transferiu para o Amapá, a fim de concorrer ao Senado), a impugnação aconteceu porque a chapa foi integrada por apenas um suplente, quando a Constituição fala que o senador será eleito com dois suplentes. A decisão de indeferir o registro da candidatura foi tomada por quatro votos contra três. Isso, porque houve empate e o presidente do TSE votou. O recurso ao STF acontece, já que a impugnação aconteceu com base em dispositivo constitucional.

Segundo o senador Alexandre Costa (PFL-MA), o ex-presidente não ficou abatido com a decisão do TSE. "Ele é um político experiente", disse Costa, que é amigo de Sarney.

Legislativo pode garantir vaga para ex-presidentes

A quase totalidade dos atuais membros do Senado Federal não levanta qualquer tipo de suspeita sobre as possíveis contribuições que o ex-presidente José Sarney ainda poderá trazer à vida política nacional. Mas, com a mesma unanimidade, condena os subterfúgios legais que ele utilizou para concorrer à uma vaga de senador pelo Amapá.

Esse foi um dos temas das conversas parlamentares, ontem, no plenário da casa, que se ocupou da votação do regime único para o servidor público, relata a Agência Brasil.

O único senador que defendeu a postura do ex-presidente foi Humberto Lucena (PMDB-PB), para quem não existe constrangimento nenhum e os problemas vividos por Sarney "são parte da vida política". Para o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), porém, aquela candidatura só seria viável pelo estado natal do ex-presidente, o Maranhão. Por isso, frisou, a discussão sobre o tipo de contribuição que Sarney teria a dar passa ao plano secundário.

Aliás, a situação de constrangimento que vem sendo vivida por Sarney poderá inspirar, logo após as eleições, uma emenda constitucional que livraria os ex-presidentes de um problema dessa natureza. É que os senadores mostram muita simpatia a uma proposta de emenda visando assegurar a todos os ex-presidentes da República uma cadeira vitalícia no Senado, a exemplo do que acontece na Itália. Eles, contudo, só teriam direito a voz, não a voto, sob o argumento de que precisam preservar o equilíbrio da federação. E este é resultado da representação igual de todos os estados, ou seja, três senadores.

Todavia, o senador Fernando Henrique Cardoso faz uma ressalva a tal iniciativa: no seu entender, a cadeira vitalícia só estaria disponível para o ex-presidente que tiver sido eleito por voto direto. Nesse caso, a medida excluiria todos os ex-chefes de governo brasileiro vivos: os generais Ernesto Geisel e João Figueiredo e o político José Sarney.

Antigo colega do ex-presidente no Senado Federal, onde inclusive cumpriu seu primeiro mandato de oito anos como biônico, o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), disse que "Sarney nunca deveria ter-se envolvido numa aventura eleitoral como a que está vivendo, porque não deu o bom exemplo que se espera de um ex-presidente".

Jutahy recordou também um episódio idêntico que só não foi vivenciado pelo senador Fernando Henrique Cardoso porque ele breiou a sedução que pudesse haver no convite que recebeu

do PSDB, para disputar o governo do Rio de Janeiro. Cardoso alegou que não teria condições éticas para simular que morava naquele estado quando todos sabem que reside em São Paulo, por onde cumpre mandato de senador.

"Eu não queria era me submeter a um constrangimento semelhante ao do Sarney", comentou Fernando Henrique Cardoso, para quem o ex-presidente correu riscos desnecessários e entrou numa candidatura de forma muito precipitada. Mas Humberto Lucena está seguro de que tal constrangimento não existe e que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se equivocou ao sustar o registro da candidatura, algo que será corrigido no Supremo Tribunal Federal (STF).

Jutahy Magalhães tem certeza, porém, de que como senador, o ex-presidente seria bom e teria condições de exercer o mandato com brilhantismo e eficiência. O líder do PRN, senador Ney Maranhão (PE), acha, contudo, que Sarney, se for eleito, vai acabar chegando ao Senado numa condição humilhante, por isso, entende que ele teria demonstrado mais bom senso se aguardasse uma convocação dos políticos maranhenses para disputar eleição no seu próprio estado.

Posição semelhante à de Maranhão é a do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE). Embora reconheça que o ex-presidente José Sarney tem experiência e muita contribuição a oferecer, acha que ele não soube esperar uma convocação do País. E, por isso, "usou expediente de vereador para burlar a lei".

Segundo Mansueto de Lavor, as mazelas do governo Sarney ainda estão vivas e podem ter atizado a ira dos que contestam com mais vigor a candidatura pelo Amapá.

Ele precisava ter se recolhido aos livros e aos netos, porque com a experiência política que possui, sabia que aquele tipo de manobra não ia colar e acabaria sujeito ao constrangimento que está vivendo agora acrescentou.

O senador Maurício Correia (PDT-DF) fez apenas um reparo à decisão do TSE. É que, no seu entender, na hora em que a justiça eleitoral reconheceu a legalidade do domicílio eleitoral do cidadão José Sarney, no Amapá mesmo sabendo que viveu toda a sua vida no Maranhão. O debate em torno da candidatura passou a ser irrelevante.

Mesmo assim, acredita que o ex-presidente devia ter se munido melhor para uma luta dessa natureza, com o que evitaria os dissabores do desdobramento da sua pretensão eleitoral.